

NESTA EDIÇÃO

Flávia Perlingeiro assume diretoria da CVM e diz que Fundos de Dívida tem grande potencial de expansão no país, 2

Ministério da Economia aprova indicação da Abrasca para o Conselhinho, 4

Mifid II: desafios e oportunidades um ano depois, 6

CVM amplia acesso aos Fundos de Investimento em Infraestrutura, 7

DREI ajusta registro de sociedades limitadas investidas por FIPs, 7

BNDES tem novos diretores, 8

Gente, 8

Gafisa elege novo CEO

Alfredo Cotait assume Associação Comercial de São Paulo e Fapesp

Notas, 8

Rumo vence leilão da ferrovia Norte-Sul

Petrobras contrata linha de crédito de US\$3,25 bi

Suzano estima ganho de até R\$ 0,9 bi por ano com combinação de negócios com a Fibria

Raízen capta R\$ 900 milhões com CRA

Vale vai aplicar R\$ 16,9 bi em manutenção

Santander e Endeavor lançam programa de apoio a startups

Novo sistema da BRF no Oriente economiza energia e emite menos CO2

Linx ganha prêmio por Soluções ao Varejo

Semana em Brasília, 9**Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2019, 10****Expediente**

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas
- SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor

Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente

Maurício Perez Botelho - 2º Vice-Presidente

Diretores: Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão

Presidente Executivo: Eduardo Lucano da Ponte

Supervisora Financeira: Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

Flávia Perlingeiro assume diretoria da CVM e diz que Fundos de Dívida tem grande potencial de expansão no país

Com a presença de mais 150 pessoas, entre elas o Secretário-Executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany – representando o Ministro Paulo Guedes – a advogada Flávia Perlingeiro tomou posse, no último dia 29, como diretora da Comissão de Valores Mobiliários. Ela foi indicada pelo governo para substituir Pablo Renteria. O Presidente Executivo da **Abrasca**, Eduardo Lucano, participou da solenidade, além de autoridades e diversos representantes dos mercados financeiro e de capitais.

Em seu discurso na solenidade, Flávia disse que irá trabalhar para “estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; assegurar o funcionamento eficiente e regular do mercado; proteger os investidores; assegurar o acesso do público a informações de qualidade; e julgar, tempestivamente, os acusados por infrações administrativas, cometidas no âmbito de atuação da CVM”.

A nova diretoria da CVM também destacou que pretende aproveitar a experiência profissional adquirida nos setores público e privado. Nesses setores, a advogada trabalhou na estruturação de operações de captação de recursos, no fomento de operações com debêntures de infraestrutura, fundos de investimento e na promoção de melhores práticas de governança corporativa.

Flávia Perlingeiro disse também que os fundos de dívida, ativos que mais cresceram no mundo após a crise de 2008, tem grande potencial de expansão no Brasil. “Para isso será preciso a atuação da CVM, especialmente em relação aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e as ofertas públicas de debêntures”. Citou que entre 2012 a 2018 foram captados com debêntures de infraestrutura R\$ 50,1 bilhões e que este mercado ainda enfrenta algumas limitações.

Perfil de Flávia Martins Sant’Anna Perlingeiro

Bacharel em direito pela PUC-Rio, pós-graduada em Câmbio e Operações Financeiras com o Exterior pela FGV-Rio e mestre em direito (LL.M) pela New York University.

Possui mais de 20 anos de experiência profissional na área jurídica e de mercado de capitais, com atuações no BNDES e em escritórios de advocacia, no Brasil e no exterior. Ministrou igualmente diversos cursos ao longo dos últimos anos em instituições como IBMEC, FGV-Rio e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Veja a íntegra do discurso da nova diretora da CVM:

Gostaria de saudar a todos os presentes, em especial, ao Excelentíssimo Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Economia, MARCELO PACHECO DOS GUARANY, que muito me honra com sua presença, aos Senhores componentes da Mesa, MARCELO BARBOSA, Presidente desta Comissão de Valores Mobiliários, CARLOS ALBERTO REBELLO, HENRIQUE MACHADO e GUSTAVO GONZALEZ, Diretores componentes do Colegiado desta CVM e PABLO RENTERIA, ex-Diretor da CVM, que me engrandece ao transmitir-me o cargo.

Sinto-me muito honrada pela oportunidade de integrar o Colegiado desta Egrégia Autarquia, com minha nomeação, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, JAIR MESSIAS BOLSONARO, para exercer o cargo de Diretora da CVM, tendo meu nome lhe sido submetido por indicação do Excelentíssimo Sr. Ministro da Economia, PAULO GUEDES.

Estou ainda especialmente feliz por voltar ao convívio com o Presidente MARCELO BARBOSA, que conheci há quase vinte anos na vida acadêmica, e com quem tive o privilégio e o prazer de dividir a coordenação de um curso de pós-graduação em Direito Empresarial, no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC.

Gostaria, inicialmente, de agradecer a acolhida gentil e calorosa do Presidente MARCELO BARBOSA e de todos os demais integrantes do Colegiado, ciente da imensa responsabilidade inerente ao desempenho

de nossas atribuições, e do quanto ainda tenho a aprender com eles e com esta Casa, bem como a contribuir, com vistas ao cumprimento da missão da CVM, na regulação e fiscalização de um mercado de capitais íntegro, transparente, sustentável e cada vez mais eficiente e dinâmico.

Neste dia de hoje, com muita alegria e entusiasmo, diante dos grandes desafios que se colocam, não posso deixar de agradecer a todos que contribuíram com minha trajetória até aqui e que me inspiram a continuar trabalhando incessantemente, para ampliar o contínuo desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, de modo a contribuir para a superação dos desafios que o País vem enfrentando, com vistas ao crescimento da economia brasileira, de sua produtividade e competitividade.

Agradeço, em primeiro lugar, a toda a minha família, especialmente aos meus pais, que moldaram minha retidão de caráter, disciplina para os estudos e valorização do trabalho.

Ao meu marido, meu zen companheiro, pelo apoio incondicional às minhas escolhas, compartilhando todas as etapas, com fortaleza e serenidade, diante dos inevitáveis sacrifícios que o trabalho intenso requer, especialmente quando se atua no setor público.

Aos meus filhos, meus maiores tesouros, que vêm crescendo tão assustadoramente rápido.

Agradeço também aos grandes mestres que tive no Colégio Teresiano, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Escola de Direito da Universidade de Nova Iorque – NYU. A valorização da experiência acadêmica é algo muito claro e muito precioso para mim, tanto que obtive bolsas de estudo integrais, por excelência acadêmica, tanto no meu curso de graduação quanto no mestrado na NYU, essa última conquistada em processo seletivo internacional, patrocinada pelo Programa Global Hauser Scholarship, da própria NYU, tendo sido a primeira estudante sul-americana a conquistar a referida bolsa.

Meu perfil estudioso e disciplinado me levou a manter, em paralelo com meu sempre intenso ritmo de trabalho, atuação como docente, em cursos de pós-graduação em direito, inicialmente no IBMEC e depois, desde 2010, na Fundação Getúlio Vargas,

em disciplinas atinentes aos mercados financeiro e de capitais.

Acredito que essa experiência será de grande valia para que eu possa endereçar, com a necessária profundidade, as variadas e complexas matérias, constantemente trazidas para análise e deliberação do Colegiado da CVM.

Quero agradecer também aos excelentes profissionais com quem atuei ou interagi, ao longo dos meus vinte e cinco anos de carreira, aos queridos amigos e colegas do escritório Ulhôa Canto, Rezende Guerra Advogados, do escritório Cleary Gottlieb Steen & Hamilton e, por fim, mas não menos importante, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com muito orgulho de ter ingressado, por concurso público, há mais de seis anos, em seu corpo técnico.

A convivência estreita com profissionais de primeiríssima linha, de diferentes idades e experiências, tem alavancado meu aprendizado e oxigenado minha atuação profissional. Tenho convicção de que, a partir de agora, serei imensamente enriquecida pela interação com os membros do Colegiado e com toda a equipe técnica e executiva de servidores da CVM e da Procuradoria Federal Especializada junto à CVM, amplamente reconhecidos como servidores de excelência técnica e irrepreensível compromisso ético e profissional.

Aqui aproveito para fazer um registro sobre o quão gratificante tem sido para mim atuar na Administração Pública, desde o meu ingresso no BNDES, em 2012.

Isso em nada diminui meu respeito e admiração pelo dinamismo e pragmatismo da iniciativa privada e meu desejo de vê-la prosperar, impulsionando cada vez mais o empreendedorismo e a inovação, que nos farão crescer como Nação.

Mas, no meu caso, encontrei todo um novo significado profissional, na atuação no setor público, em prol de toda a sociedade brasileira, do desenvolvimento do mercado de capitais e do País, sendo pautada por elevado senso de responsabilidade e propósito, essenciais para uma atuação eficiente e transparente na Administração Pública.

É com esse espírito público e entusiasmo que recebo e abraço, em minha posse, minhas novas atribuições, como Diretora da CVM.

A atuação consultiva, regulatória, fiscalizatória e sancionatória da CVM e toda sua agenda de iniciativas em prol da educação financeira é de irrefutável relevância, para o pleno desenvolvimento do nosso Mercado de Valores Mobiliários. Cabe-me contribuir para dar continuidade aos seus elevados ganhos de eficiência, por meio de atuação célere, técnica e independente.

No cenário atual, de ajuste fiscal e redução das fontes de financiamento com recursos públicos, é fundamental propiciar o incremento e a consolidação da canalização de recursos via instrumentos privados de mercado, para o financiamento de investimentos, a viabilizar um País mais próspero e menos desigual.

Nesse contexto, a importância do papel da CVM é ainda maior, por essa premência em impulsionar o crescimento e o fortalecimento do mercado de capitais, diante das perspectivas de aquecimento de nossa economia; de redução da taxa de juros e de aumento da participação do mercado de valores mobiliários entre as fontes de financiamento das companhias brasileiras.

Para tanto, é também fundamental atuar para o incremento da percepção de segurança jurídica no País, de forma a atrair mais investimentos, reduzir o chamado Custo Brasil e, ao mesmo tempo, modernizar nosso ambiente jurídico-institucional. Cabendo aqui acentuar a relevância das decisões do Colegiado da CVM, com efeitos preventivos e pedagógicos.

Como Diretora da CVM, trabalharei intensa e continuamente para a consecução de resultados efetivos, em linha com a sua missão e o seu propósito, no sentido de (i) estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; (ii) assegurar o funcionamento eficiente e regular do mercado; (iii) proteger os investidores; (iv) assegurar o acesso do público a informações tempestivas e de qualidade; e (v) julgar, tempestivamente, os acusados por infrações administrativas, cometidas no âmbito de atuação da CVM.

Para tanto, acredito que também será muito proveitosa minha experiência profissional prévia.

Do setor privado, trago muitos anos de atuação na estruturação e negociação de operações de captação de recursos, para financiamento de projetos, em especial na modali-

dade de project finance. Acompanhei, por mais de uma década, diversas companhias e projetos, muitas vezes desde sua concepção original, constituição societária, negociação de acordos de acionistas e de contratos das mais variadas espécies.

Do setor público, trago os anos mais recentes de atuação no fomento de diversos instrumentos e operações no mercado de capitais, como debêntures de infraestrutura e novos fundos de investimento, e na promoção de melhores práticas de governança corporativa, dentro e fora do âmbito das empresas estatais, do gerenciamento de conflitos de interesses, de transparência efetiva e do desenvolvimento da cultura de engajamento responsável, por gestores profissionais e Investidores Institucionais, na vida dos emissores de valores mobiliários.

Nessa seara, ressalto estudos e debates que acompanhei, quando da discussão e edição da Política Sócio-ambiental das Atividades de Mercado de Capitais do Sistema BNDES, com destaque para a influência dos fatores ASG – Ambientais, Sociais e de Governança – nos processos de investimento, acompanhamento e desinvestimento em valores mobiliários, bem como, e sobretudo, na atuação das companhias emissoras e sua relação com seus diversos stakeholders.

A desafiante participação, no âmbito do BNDES, na formulação e na execução de políticas públicas, bem em temáticas pertinentes a iniciativas de autorregulação, poderá em muito contribuir para minha participação, agora como Diretora da CVM, na relevante agenda regulatória desta Autarquia.

Afortunadamente, ingressei na CVM na finalização dos debates que levaram à edição, nesta semana, da Instrução 606, que implementou alterações pontuais na Instrução 555, estabelecendo a plataforma regulatória dos Fundos Incentivados de Investimento em Infraestrutura, inclusive possibilitando que sejam também direcionados para investidores que não sejam considerados qualificados ou profissionais, nos termos da regulamentação.

No BNDES, no que tange ao fomento dos chamados Fundos de Capital de Risco, de fundamental importância para pequenas e médias empresas, e, de forma geral, para a economia do País, pude acompanhar de perto a correlação de tais fundos com o finan-

ciamento das empresas ao longo de todo o seu ciclo de crescimento: desde os aportes iniciais de aceleradoras de start-ups e investidores anjo, passando ao investimento pelos Fundos de Capital Semente; pelos Fundos de Capital Empreendedor; e pelos Fundos de Private Equity, com vistas a viabilizar posteriores aberturas de capital e emissões públicas, primárias e secundárias, de valores mobiliários.

Lá pode participar também de discussões e estruturas pertinentes aos Fundos de Dívida, que, desde a crise de 2008, representam a classe de ativos alternativos que mais cresceu no mundo, impulsionados por restrições verificadas no mercado de crédito bancário.

No Brasil, há potencial relevante de crescimento desse mercado, o que demandará o incremento da atuação da CVM, especialmente com relação aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs e às ofertas públicas de debêntures.

Destaco, especialmente, as debêntures incentivadas de infraestrutura, cujo volume total distribuído, com esforços amplos e restritos, entre 2012 e 2018, foi de 50,1 bilhões de reais, mas cujos projetos de infraestrutura ainda estão relativamente concentrados em alguns setores de menor risco.

O desenvolvimento do mercado de debêntures de infraestrutura ainda enfrenta certas limitações que vem sendo superadas, associadas a (i) taxa de juros e precificação de títulos historicamente elevados, (ii) liquidez concentrada em poucos ativos, (iii) significativa concentração de vencimentos de curto prazo, (iv) baixa alocação dos ativos geridos por investidores institucionais no mercado de títulos de projeto, (v) baixo volume negociado, e (vi) concentração em emissores com boa classificação de crédito.

Nesse contexto, entre outros tantos temas fundamentais, também integram a intensa Agenda Regulatória da CVM para 2019 a reforma dos FIDCs, o desenvolvimento do mercado de dívida corporativa e a revisão do arcabouço de ofertas públicas, questões de grande relevância para o mercado de capitais brasileiro.

Ainda quanto à atuação regulatória da CVM, também de imediato, já tive a oportunidade de vivenciar o advento da nova Portaria 48/2019, editada na terça-feira da semana passada, que passou a disciplinar todo o processo

de normatização da Autarquia, trazendo referência expressa à fase de Análise de Impacto Regulatório, com previsão de algumas hipóteses de dispensa automática, em busca de soluções regulatórias cada vez mais apropriadas.

Estabelece, também expressamente, a possibilidade de audiências públicas de conceito e a edição de instrumentos normativos de caráter temporário, a permitir uma avaliação empírica dos benefícios e procedimentos mais adequados a cada situação.

O processo de normatização da CVM, que já era saudado pelo mercado por sua transparência e caráter notadamente participativo e democrático, torna-se ainda melhor, demonstração clara de que, na busca pela excelência, há sempre espaço para aprimoramento.

Revela-se, assim, a total pertinência da continuidade dos esforços de racionalização da burocracia e de redução dos custos de observância da regulamentação, que é uma acertada e vigorosa agenda trazida pelo Presidente MARCELO BARBOSA. Nesse sentido, continuar ampliando o diálogo com os participantes do Mercado é também medida primordial.

Estou certa de que chego em boa hora, em tempo de muito trabalho.

Temos pela frente, por exemplo, debates trazidos pelas contribuições colhidas no âmbito da Audiência Pública SDM 02/18, que tem por objeto minuta de Instrução que trará o novo marco sobre o rito dos procedimentos sancionadores no âmbito da CVM, inclusive a regulamentar as relevantes mudanças trazidas pela Lei 13.506.

Há, ainda, diversas outras matérias e questões extremamente relevantes e prementes que estão na pauta do Brasil e do mundo, e que demandam aprofundamento de estudos, debates, regulação, autorregulação, supervisão e, no que couber, atuação sancionatória.

Todas essas agendas e matérias trazem, sem dúvida, questões relevantes para investidores e para investidos, revelando a dimensão do muito ainda a ser feito.

Encerro, agradecendo a presença e atenção de todos a estas minhas palavras, e apontando para o desejo e a perspectiva de que tenhamos um Mercado de Capitais cada vez melhor preparado para ser um dos mais relevantes atores no financiamento dos investimentos de longo prazo no Brasil.

Muito obrigada!

Ministério da Economia aprova indicação da Abrasca para o Conselheiro

O Ministério da Economia aprovou a indicação de Maria Rita Drummond, feita pela **Abrasca**, como membro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN). Foram aprovadas também as indicações de Álvaro Mendonça, feita pela Ancord e de Pedro de Andrade, pela Anbima. Com as nomeações, o órgão volta a ter sua composição de oito conselheiros completa.

Maria Rita é diretora Jurídica da Cosan, empresa onde trabalha há mais de 10 anos, e membro da Comissão Jurídica da **Abrasca**. É formada em Direito pela PUC-RJ, Pós-Graduação *latu sensu* em Direito Civil Constitucional pela UFRJ, Mestrado em Direito Internacional pela London School of Economics and Political Science (LSE). Foi sócia do BMA Advogados e Gerente para a América Latina da British-American Tobacco. Participou como palestrante do Encontro **Abrasca** de Direito das Companhias Abertas.

O CRSFN, ou Conselheiro como é chamado pelo mercado, é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Economia e tem por finalidade julgar, em última instância administrativa, os recursos contra as sanções aplicadas pelo Banco Central e CVM, os processos de lavagem de dinheiro, as sanções aplicadas pelo COAF e demais autoridades competentes.

Perfil dos demais integrantes

Álvaro Affonso Mendonça – CEO da Aligus Hedge Consulting e Assessor do Conselho de Administração da Ancord. Foi diretor de Produtos Financeiros da BMF e Gerente de Renda Variável da BMG Asset e da Interfinance. É formado em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), tem mestrado em EPEGE pela Fundação Getúlio Vargas. Escreveu quatro livros sobre hedge em empresas.

Pedro de Andrade – Executivo responsável pelas áreas jurídicas, compliance, controles internos e risco da gestora de recursos no Brasil

e de todas as operações do grupo PIMCO na América Latina. Foi Superintendente Jurídico do HSBC Brasil, Assessor Jurídico do Banco Itaú BBA, Advogado Sênior do Unibanco. É formado em Direito pela UFMG, tem pós-graduação em Direito da Economia e da Empresa pela FGV, Mestrado em Direito Civil pela UFMG.

COMO NASCEU O CONSELHINHO

O Conselhinho foi criado em 1985 para permitir ao Conselho Monetário Nacional ter mais liberdade para atuar na formulação de política monetária, pois desde a sua criação, em 1964, os recursos eram julgados pelo CMN. O órgão foi instituído como entidade especializada na atividade sancionadora, apta a examinar material probatório, com aumento da qualidade técnica das decisões recursais.

Durante o discurso de instalação do CRSFN, o então Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, destacou que “a criação do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional respondia à demanda do próprio mercado e do poder público por uma maior eficácia administrativa no trato de questões tão sensíveis e especializadas como são os recursos a penalidades aplicáveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais. Sua finalidade é julgar, em segunda e última instância, os recursos administrativos interpostos”.

O Conselho foi criado como um órgão técnico paritário, congregando representantes do próprio mercado e do poder público regulador, para ser “um fórum adequado para a solução, a nível administrativo, de conflitos e litígios de interesse do mercado”, destacou na época Dornelles”.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

O CRSFN é um órgão integrante da estrutura do Ministério da Economia. Os conselheiros titulares e suplentes são designados pelo Ministro da Economia, com mandato de três anos, renovável por igual período por até duas vezes, devendo ter competência reconhecida e conhecimentos especializados nas matérias de competência do CRSFN.

O CRSFN é constituído por 16 conselheiros, sendo oito membros (quatro titulares e respectivos suplentes) indicados pelo Governo (Ministério da Economia 4, CVM 2, e Banco Central

2). Pelas entidades do mercado financeiro e de capitais são indicados oito (quatro titulares e respectivos suplentes). Os Titulares são indicados pela Abrasca, Febraban, Anbima e Anconcord e os Suplentes pela Amec, Ibraccon, Abac e OCB/Ceco.

Atuam junto ao CRSFN membros da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), designados pelo Procurador-Geral, com a finalidade de zelar pela fiel observância da legislação aplicável, de modo que opinam sobre recursos, comparecem às sessões de julgamento e reuniões técnicas, bem como assessoram juridicamente a presidência do Conselho. O Conselho conta também com uma Secretaria Executiva como unidade de apoio administrativo e gestão.

Preside o CRSFN um dos conselheiros indicados pelo Ministério da Fazenda. O Vice-presidente do Conselho é designado pelo Ministro da Economia dentre os conselheiros indicados pelas entidades privadas representativas dos mercados financeiro e de capitais.

QUEM É QUEM NO CONSELHINHO

Conselheiros titulares

Ana Maria Melo Netto Oliveira (Presidente) – Indicada pelo Ministério da Economia. É assessora do Secretário Executivo do Ministério da Economia e presidente do Conselho Nacional de Seguros Privados. É formada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, com especialização em Direito Público pelo Instituto Brasiliense de Direito Público, e LL.M. (Master of Laws) pela Universidade de Chicago. <https://goo.gl/sqpEfo>.

Alexandre Henrique Graziano (Vice-Presidente) – Indicado pela Febraban. É advogado com passagem pelo departamento jurídico do Santander, Unibanco e ABN Amro Real. <https://goo.gl/NwTAuS>.

Antonio Augusto de Sá Freire Filho – Indicado pelo Ministério da Economia. É formado em engenharia com especialização em contabilidade pública. Integra a Assessoria Técnica do Ministério da Economia. <https://goo.gl/SJZpX1>.

Sérgio Cipriano dos Santos – Indicado pelo Banco Central. Graduado em Administração de Empresas pela FGV e Direito pela USP. Desde 1994 é servidor do Banco Central, atuando na supervisão bancária desde 1999. <https://goo.gl/4CpwFq>.

Thiago Paiva Chaves – Indicado pela CVM. Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá – MG. Mestre em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília. Atualmente, exerce o cargo de Superintendente de Relações Institucionais da CVM. É servidor da Autarquia desde 2009. <https://goo.gl/U1mTEv>.

Pedro de Andrade [Indicação ANBIMA]
Maria Rita Drummond [Indicação Abrasca]

Álvaro Mendonça [Indicação ANCORD]

CONSELHEIROS SUPLENTES

Ana Maria Imbiriba Corrêa – Indicada pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Advogada formada pela Universidade Federal do Pará, com MBA em Economia e Setor Financeiro pela FIPE – USP. Atualmente é Superintendente Jurídico da Confederação Nacional das Cooperativas Centrais – UNICRED DO BRASIL. <https://goo.gl/Pm2q3L>.

Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado – Indicado pelo Banco Central. Graduado em Direito pela UERJ, com especialização em Direito da Economia e da Empresa pela FGV e mestrado em Direito Econômico pela Universidade Gama Filho. É Procurador do Banco Central desde 1993. <https://goo.gl/nGQfmr>.

Júlio César Costa Pinto – Indicado pelo Ministério da Economia. Formado em Engenharia Mecânica pela UnB, mestre em Economia pela EPGE/FGV-RJ e doutor em Economia pela UnB. Analista do Banco Central e Diretor de Programa na Secretaria Executiva do Ministério da Economia, atuando na área de mercado de capitais e sistema financeiro. <https://goo.gl/otWuXi>.

Ana Paula Zanetti de Barros Moreira – Indicada pela Amec. Formada em Direito pela Universidade Santa Úrsula, RJ, com MBA em Direito da Economia e da Empresa pela FGV-RJ e MBA em Mercado de Capitais pelo IBMEC. Integrou o comitê técnico da Associação de Investidores no Mercado de Capitais e o comitê jurídico da Anbima. <https://goo.gl/WHRFVZ>.

João Batista de Moraes – Indicada pela ABAC. Formado em Ciências Jurídicas pela UNAERP com especializações “lato sensu” em Direito Contratual (PUCSP), Direito Tributário (FGVSP) e MBA em Direito da Economia e da Empresa (FGV Campinas).

Trabalhou 31 anos no Departamento Jurídico do Bradesco. É advogado em Osasco. <https://goo.gl/umM2Ef>.

Francisco Papellás Filho – Indicado pelo Ibracon. Graduado em Ciências Econômicas pela PUC-SP, Ciências Contábeis pela Faculdade Paulo Eiró e Direito pela Universidade São Judas Tadeu. Trabalhou por 33 anos como auditor independente nas empresas Andersen e Deloitte. Foi o representante brasileiro no Comitê de Ética da IFAC e membro do Comitê do CPC. <https://goo.gl/p3qyYJ>.

Um assento vago [Indicação M. Economia]

PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL

André Alvim de Paula Rizzo
(<https://goo.gl/pP8hAZ>)

André Luiz Carneiro Ortegá
(<https://goo.gl/DWx9Uh>)

Euler Barros Ferreira Lopes
(<https://goo.gl/2RAA3U>)

Virgílio Porto Linhares Teixeira
(<https://goo.gl/bSmtKV>)

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Fernando Lima Pereira Dutra

SECRETÁRIA-EXECUTIVA ADJUNTA

Luíza Basílio Lage

Mifid II: desafios e oportunidades um ano depois

Um ano após a implementação do Mifid II, os gastos com análise de emissores sediados fora da Europa foram reduzidos. Investidores institucionais cortaram em cerca de um quinto as despesas focadas nesta atividade em 2018. Um novo corte de 5% a 6% é esperado para 2019, segundo levantamento da Greenwich Associates, provedora de análises e dados para o setor financeiro.

As novas diretrizes, que passaram a exigir mais transparência nas relações entre o sell side e o buy side no mercado de capitais europeu também levaram a uma redução da cobertura de analistas de empresas de pequeno e médio portes. Valores das comissões pagas a corretoras por fundos de investimento e gestoras de recursos igualmente recuaram. Um impacto que veio para ficar, avaliam os analistas.

Pelas novas regras, empresas e fundos devem explicitar o pagamento feito às instituições que elaboram pesquisas com recomendações para investimentos. No passado, era comum não se cobrar pelas análises. Elas eram incluídas no pacote de serviços oferecido por corretoras e outras instituições do sell side.

Ao mudar as regras, os reguladores europeus querem assegurar transparência aos investidores, de modo que fique claro que determinado fundo ou gestora está comprando ações ou fazendo aportes em empresas pela qualidade do investimento e não porque foram induzidos a fazer isso. Além do mais, querem garantir a qualidade das pesquisas.

Segundo a Greenwich, os bancos globais de investimento estão entre os preferidos dos investidores institucionais europeus para executar pesquisas sobre empresas estrangeiras: metade dos recursos direcionados a esse tipo de análise ficou com os bancos internacionais.

Quanto às pequenas e médias empresas com capital aberto (listadas no FTSE 250), o levantamento da Greenwich mostrou que 60% delas disseram ter percebido uma queda no número de analistas que as acompanham. Embora esse recuo, na prática, represente um ou dois analistas a menos, sinaliza clara priorização para os emissores de maior liquidez.

Entre os demais 40% das pequenas e médias empresas que não enfrentaram esse problema, a queixa era outra: a qualidade e duração das pesquisas feitas pelos analistas, bem como o nível de experiência desses profissionais. Diante dessa nova realidade, muitas dessas empresas têm publicado mais informações sobre sua atuação.

“Como as empresas menores vão ter menos cobertura por parte do sell side, o que certamente afetará o consenso de analistas, elas terão que considerar a possibilidade de divulgar um guidance para métricas chave, a fim de gerenciar as expectativas do mercado”, diz Laura Hayter, chefe de políticas e comunicação da britânica IR Society.

Esse efeito colateral do Mifid II é visto como positivo pela organização. “A IR Society encoraja o departamento de RI a assumir o controle e gerenciar a formação de consenso pelos

analistas. Ao coletar as análises diretamente (ou via provedores), você poderá entender como os analistas as elaboraram e aplicar o modelo deles na sua empresa”, explica Hayter.

Antes mesmo da implementação do Mifid II, os profissionais de Relações com Investidores vinham compilando dados para construir seu próprio consenso, visando à publicação externa e a menor dependência das consultorias que agregam esses dados.

Segundo o fundador e diretor da ACE Consensus, Alex Money, em 2011, menos de um terço das empresas do FTSE 100 compilavam dados para formação de consenso objetivando o consumo externo. Em 2016, esse comportamento já era seguido por dois terços das empresas listadas no índice.

Outro impacto do Mifid II foi o recuo nas comissões das corretoras e demais atores do sell side. Segundo o levantamento da Greenwich Associates, a redução média nos percentuais de comissão foi de 8,4 pontos base em 2018, ante 9,7 pontos base em 2017 nos mercados desenvolvidos e, para os mercados emergentes, atingiu 12,7 pontos base no ano passado, frente a 16,7 em 2017.

Analistas atribuem esse recuo à determinação do novo arcabouço regulatório para que os custos com pesquisa e comissão de corretagem sejam explicitamente separados no pacote de serviços acertado entre as corretoras e as empresas/fundos de investimento.

Segundo o diretor da consultoria, Will Llamas, as maiores quedas nas comissões foram percebidas no grupo de administradores de fundos, que tiveram que se submeter às novas normas do Mifid II na Europa e acabaram levando esse novo modelo de compliance para outras partes do mundo.

Além das comissões menores, as gestoras e fundos de investimento buscam cortar gastos, priorizando plataformas eletrônicas de negociação.

Embora o Mifid II seja apontado como um desafio para o sell side, ele vem sendo encarado como oportunidade para os departamentos de Relações com Investidores das empresas.

Segundo a consultoria em comunicação financeira Design Portfolio, os profissionais de RI devem aproveitar o momento para fomentar a aproximação com os investidores e demais stakeholders, já que há menos dispo-

sição para pagar por pesquisas sobre potenciais investimentos.

Um dos canais mais eficientes para viabilizar essa aproximação são os sites corporativos. Segundo um estudo da empresa de pesquisa de mercado YouGov, 90% dos entrevistados disseram visitar o site das companhias das quais tinham ações ao menos uma vez por mês. Mais de 50% afirmaram que a regularidade das visitas era de uma vez por semana.

O levantamento, de 2017, se baseia em entrevistas com 50 administradores de fundos de investimentos. Uma fatia de 76% deles também revelaram que navegavam pelo site das empresas em que pretendiam investir como parte da due diligence que costumam fazer antes de tomarem uma decisão final sobre os aportes.

A vantagem de usar o site corporativo como um canal de comunicação com investidores e sociedade como um todo é que nem todo tipo de informação que está lá é regulado, diz a Design Portfolio. Por exemplo, a forma de apresentar a empresa não precisa ser densa e cheia de números como as apresentações financeiras. Pode ser feita de forma mais atraente.

A Design Portfolio considera que uma boa comunicação corporativa está baseada em três pilares: educação, engajamento e avaliação. O primeiro ponto engloba a apresentação da companhia, com informações claras e concisas sobre modelos de negócios, estratégias, projetos de sucesso, além de aspectos de governança.

São dados que não necessariamente estão nos relatórios de prestação de contas das empresas ao mercado. E devem ser apresentados com design leve e criativo. Recursos de interatividade também são bem-vindos, como vídeos e gráficos. A Cisco, por exemplo, estabeleceu uma meta para 2020, que os vídeos postados em sua homepage responderão por 80% do seu tráfego.

A interatividade, além de facilitar a comunicação, aumenta o tempo de engajamento dos investidores nos sites. Eles são convidados a navegar pelo ambiente virtual e conhecer um pouco mais sobre a empresa. O método também pode ser usado para estreitar a relação das empresas com os próprios funcionários.

O terceiro pilar do programa de comunicação da Design Portfolio é a avaliação. Uma vez que a empresa es-

teja comunicando e engajando os visitantes do site, é preciso saber se ela está fazendo isso bem. A recomendação é que se estabeleça métricas de avaliação da qualidade da audiência.

As equipes de comunicação e de RI devem trabalhar juntas para transformar os desafios do Mifid II em oportunidade de atração de potenciais investidores.

Saiba mais em:

<https://goo.gl/3CJmrF>;

<https://goo.gl/RW5Hvm> e

<https://goo.gl/nvUVLZ>.

CVM amplia acesso aos Fundos de Investimento em Infraestrutura

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou no dia 25 de março a Instrução 606, com alterações na instrução que regulamenta os Fundos Incentivados de Investimento em Infraestrutura (FI-Infra). Com a mudança, a Autarquia passa a permitir que esses fundos sejam negociados com investidores que não sejam considerados qualificados ou profissionais.

O Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da Autarquia, Antonio Berwanger, diz que a CVM identifica benefícios neste produto para ampliar o volume de recursos destinados a projetos em infraestrutura considerados como prioritários pelo Poder Executivo Federal.

Segundo ele, as pessoas físicas, especialmente no caso de investidores de varejo, poderão contar com gestão profissional para melhor avaliação dos riscos e retornos associados a esses ativos de longo prazo, além de maior diversificação de carteira, essencial para a diluição dos riscos do investimento.

Sobre o FI-Infra

Os Fundos serão regidos pela Instrução CVM 555, que recebeu os ajustes necessários, de acordo com entendimento da CVM, para acomodar algumas peculiaridades derivadas da Lei nº 12.431/11, que contém, por exemplo, limites de aplicação em determinados ativos como exigência para a obtenção do benefício tributário por seus cotistas. A Lei isentou pessoas físicas e estrangeiros da cobrança

de imposto de renda sobre os rendimentos de debêntures, CRI e FIDC destinados ao financiamento de determinados projetos de infraestrutura.

A Autarquia considera que a Instrução CVM 555 confere ampla proteção aos investidores, possibilitando que os FI-Infra também sejam direcionados para investidores que não sejam considerados qualificados ou profissionais, conforme regulamentação específica.

Alterações na Instrução 555

As alterações promovidas pela Instrução CVM 606 modificam alguns pontos da Instrução CVM 555 para acomodar o funcionamento dos FI-Infra:

- Limites aplicáveis às carteiras dos FI-Infra (art. 103).
- Desenquadramento da carteira de ativos (art. 105).
- Prazo para enquadramento da carteira (art. 107).
- Não utilização do sufixo “crédito privado” (art. 118).
- Duplicação de limites de investimento no caso de investidores qualificados (art. 126).

• Não observância dos limites por emissor para FI-Infra destinados a investidores não profissionais (art. 129).

A CVM destaca que, no art. 3º, foi disciplinada a migração dos fundos de investimento em funcionamento normal para o regime aplicável aos FI-Infra, a ser realizado mediante decisão dos cotistas em assembleia geral.

Acesse a Instrução CVM 606 (<https://goo.gl/QD9zcb>) e o Relatório de Audiência Pública SDM 04/18 (<https://goo.gl/wBck4w>).

DREI ajusta registro de sociedades limitadas investidas por FIPs

O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) regulamentou a forma de registro das sociedades limitadas investidas por Fundos de Investimento em Participações (FIP). No dia 27 de março foi publicada a Instrução Normativa nº 58 (<https://goo.gl/d2rbQ1>), que altera o Manual de Registro de Sociedade Limitada.

A medida faz parte de um conjunto de ações para uniformizar e simplificar o registro de empresas no Brasil,

melhorando o ambiente de negócios, uma das metas do novo governo.

A IN 58 reconhece que a qualidade de sócio é do próprio fundo, desde que esteja devidamente representado pela pessoa jurídica que o administra e que seja qualificada a pessoa física responsável.

Os Fundos de Investimento em Participações são constituídos sob forma de condomínios fechados e não possuem personalidade jurídica própria. Em 2016, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a edição da Instrução nº 578, permitiu a participação desses fundos em sociedades limitadas, mas houve dúvidas de algumas juntas comerciais sobre como deveria se dar essa participação e como o FIP deveria constar no contrato social.

BNDES tem novos diretores

Denise Pavarina foi indicada para a diretoria de Empresas pelo presidente do BNDES, Joaquim Levy. Juntamente com o nome dela, Roberto Marucco foi indicado para a diretoria de Estratégia e Transformações Digitais.

Em sua trajetória, Denise foi a primeira mulher a ocupar um cargo de diretora-executiva do Bradesco, sendo diretora de relações com investidores de 2012 a 2018, quando deixou o cargo após 33 anos. Durante esse período, exerceu entre outras funções as presidências da corretora Bradesco, da Bradesco Asset Management (BRAM) e do Bradesco Banco de Investimentos. Foi conselheira da **Abrasca** de 2009 a 2011 e também diretora da Anbima por duas gestões até o ano de 2016..

Marucco possui larga experiência em gestão empresarial e recursos humanos, inclusive no setor financeiro, notadamente de seguros. Deixou a vice-presidência da Avon, onde era responsável pela área de Operações Globais de Tecnologia, para assumir o cargo no BNDES.

Em nota divulgada pelo banco, Levy agradeceu o empenho, a dedicação e o trabalho realizado pelos diretores que deixam seus cargos: Claudia Prates e Ricardo Ramos.

Gente

Gafisa elege novo CEO

O conselho de administração da Gafisa elegeu Roberto Luz Portella para o cargo de diretor Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, em substituição a Ana Maria Recart, que renunciou aos cargos. Portella já atuava desde 15 de março como membro do conselho da empresa. Também foi escolhido Eduardo Lorangeira para diretoria Executiva Operacional da Gafisa, no lugar de Karen Sanchez Guimarães, que também deixou a companhia.

Alfredo Cotait assume Associação Comercial de São Paulo e Facesp

O empresário, engenheiro e ex-senador (2010/11) Alfredo Cotait Neto tomou posse na manhã do dia 25 último como presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) para o biênio 2019/2021. Ele também é o novo presidente da Associação Comercial de São Paulo, tomando posse deste cargo no dia 21 de março, sucedendo a Alencar Burti.

Notas

Rumo vence leilão da ferrovia Norte-Sul

A Rumo Logística venceu o leilão de concessão da ferrovia Norte-Sul, com um lance de R\$ 2,719 bilhões com ágio de 100,9%. A companhia superou sua única concorrente, a VLI, empresa de logística que tem como principal sócia a Vale, que fez uma oferta de R\$ 2,065 bilhões. A concessão é para 30 anos e o investimento previsto pelo governo para o projeto no período é de R\$ 2,7 bilhões. A Rumo já opera o trecho que vai de Estrela D'Oeste até o Porto de Santos, ambas no Estado de São Paulo.

Petrobras contrata linha de crédito de US\$3,25 bi

A empresa informou que assinou contrato com 18 bancos para uma linha de crédito compromissada (revolving credit facility) no valor de US\$ 3,25 bilhões, com vencimento em março de 2024, podendo ser prorro-

gado em até dois anos. Em comunicado, a empresa explicou que o contrato permite efetuar saques da linha até o mês anterior ao vencimento, assim como prevê possibilidade de saque de até US\$ 1 bilhão para prestação de contragarantia, com foco em fianças judiciais, em garantias bancárias no Brasil.

Suzano estima ganho de até R\$ 0,9 bi por ano com combinação de negócios com a Fibria

A empresa informou em fato relevante esperar o ganho, de 2019 a 2021, de sinergias operacionais avaliadas entre R\$ 800 e R\$ 900 milhões por ano (antes da tributação) como resultado da combinação de negócios com a Fibria, concluída em 14 de janeiro. Para 2019, a empresa projeta um investimento total de R\$ 6,4 bilhões, sendo R\$ 4 bilhões para manutenção e R\$ 2,4 bilhões para projetos anteriormente divulgados, incluindo aquisições de terras e florestas da Duratex e ativos logísticos em portos.

Raízen capta R\$ 900 milhões com CRA

A empresa anunciou que captou R\$ 900 milhões com Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), em uma operação que registrou demanda recorde para ofertas locais de renda fixa. A companhia previa inicialmente obter R\$ 750 milhões com a operação, segundo a diretoria da empresa. Os recursos são para investimentos este ano e pagamento de dívida para o ano-safra.

Vale vai aplicar R\$ 16,9 bi em manutenção

A Vale anunciou que aplicará este ano R\$ 16,96 bilhões na manutenção de suas operações no Brasil, contra R\$ 14,45 bilhões investidos no ano passado. Segundo comunicado divulgado ao mercado os investimentos em gestão de barragens serão de R\$ 256 milhões. No ano passado foram gastos R\$ 241 milhões.

Santander e Endeavor lançam programa de apoio a startups

O Santander Brasil abre as inscrições para o Radar-Programa de Ace-

leração, apoiando empreendedores que buscam crescimento acelerado e desafiam o mercado financeiro com soluções inovadoras. Realizado em parceria com a Endeavor, o programa entra na terceira edição buscando startups com modelo de negócio escalável, tendo um sólido portfólio de clientes, com vendas recorrentes e dedicação integral dos seus sócios-fundadores.

Nesta edição, procuram-se soluções inovadoras em análise de dados, canais de relacionamento; eficiência em custos; e serviços para pequenas e médias empresas (PMEs). O programa também aceita inscrições de negócios que já tenham recebido aportes financeiros em nível Seed, Series A ou posteriores. Durante cada período de aceleração serão oferecidos um diagnóstico do negócio (análise do estágio de maturidade dos principais desafios para o crescimento); capacitações individuais e coletivas com executivos do Santander e da Endeavor, além de uma rede de networking e conexões para geração de potenciais negócios.

As inscrições podem ser feitas no portal www.santander.com.br/hotsite/radar até o dia 05 de maio próximo e são gratuitas.

Novo sistema da BRF no Oriente economiza energia e emite menos CO2

A fábrica da BRF nos Emirados Árabes Unidos, a primeira de Abu Dhabi a produzir alimentos à base de proteína animal em larga escala, implementou no primeiro trimestre do ano um novo sistema de energia baseado no conceito da indústria 4.0. Além do benefício financeiro, gerando economia na ordem de US\$ 340 mil ao ano, a empresa estima que este processo vá gerar também “um ganho ambiental considerável à unidade”, proporcionando redução de emissão anual de CO2 em aproximadamente 1.800 toneladas.

De acordo com a direção da unidade de Abu Dhabi (inaugurada em 2014 e que atualmente emprega 530 pessoas), a adoção do novo sistema de energia vai gerar uma economia de mais de 4.000 gigawatts/ano, equivalente ao consumo de 4.500 casas de médio porte. No médio e longo prazo, outras fábricas da BRF no Brasil e no exterior devem adotar a nova tecnologia. “Já ini-

ciamos um estudo de viabilidade junto a Crowley Carbon, empresa parceira neste projeto, para implementar o mesmo sistema na Turquia”, diz a BRF.

Linx ganha prêmio por Soluções ao Varejo

A Linx, especialista em tecnologia para o varejo, foi uma das empresas premiadas no 7º Fórum LIDE do Varejo, em cerimônia realizada no último dia 23, no Guarujá/SP. Vencedora na categoria ‘Serviços e Soluções ao Varejo’, teve Jean Klaumann, vice-presidente de Omnicommerce, como seu representante.

A Semana em Brasília

CCJ da Câmara discute a reforma da previdência com o ministro Paulo Guedes

Está marcada para quarta-feira, 3 de abril, às 14h, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, a audiência pública para debater a reforma da Previdência (PEC 6/19) com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Na quinta-feira, 4 de abril, às 9h30, a CCJ recebe, para debater o mesmo tema: o professor de Direito Previdenciário e de Direito Atuarial da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Arthur Bragança de Vasconcelos Weintraub; o secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco Leal; e o advogado e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Cezar Britto.

Cronograma prevê para 17 de abril a votação do relatório da PEC 6/2019 na CCJ

O relator da reforma da Previdência (PEC 6/19) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), prevê a entrega de seu parecer no dia 9 de abril e confirma o calendário antecipado pelo presidente da CCJ, Felipe Francischini, no qual os dias 10 e 11 de abril serão destinados a eventuais pedidos de vista, ficando o dia 17 de abril como data possível para a apreciação do relatório final pela CCJ. Acompanhe aqui todas as movimentações da PEC 6/2019: <https://goo.gl/xG3TfS>.

CNI lança Agenda Legislativa da Indústria no dia 2 de abril, depois de divulgar a Agenda Jurídica

Agenda Legislativa da Indústria 2019. O lançamento da Agenda está previsto para o dia 2 de abril de 2019, às 11 horas, no plenário Ulysses Guimarães, da Câmara dos Deputados. Redução de burocracia e melhora do ambiente de negócios devem ter destaque na agenda legislativa de 2019, de acordo com a divulgação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Na última semana, foi divulgada pela instituição a quarta edição da Agenda Jurídica da Indústria, que reúne informações sobre 104 processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF). São 44 ações de autoria da CNI, 26 em que a entidade atua como amicus curiae (parte interessada) e outras 34 monitoradas por serem estratégicas para o segmento industrial. O documento tem cinco ações a mais do que as 99 do ano passado, com a inclusão de 13 e a exclusão de oito processos encerrados pelo STF em 2018.

Paulo Guedes na CAE foi o destaque na semana do dia 25 de março

Na última semana, o destaque no Senado foi na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença, na quarta-feira 27/3, do ministro da Economia, Paulo Guedes, que falou e debateu com senadores por 5 horas. A íntegra da reunião está disponível aqui: <https://goo.gl/ngr8Jq>.

Saiba mais:

- <https://goo.gl/k85FuP>
- <https://goo.gl/DQzbrmo>
- <https://goo.gl/YVG6YG>
- <https://goo.gl/a2529N>
- <https://goo.gl/1kdZW6>

Projetos acompanhados na semana de 25 a 29 de março de 2019

Destaque

CD PL-03401/2008

(<https://goo.gl/wYrXPY>)

Ementa: Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências.

29/03/2019 – Designado Relator, Dep. João Roma (PRB-BA). Para saber mais sobre o relator, que foi chefe de

gabinete do prefeito de Salvador ACM Neto, veja entrevista gravada para o Infomoney: <https://goo.gl/eNnRYc>.

CD PL-03804/2008

(<https://goo.gl/AqBr7y>)

Ementa: Acrescenta o § 7º ao art. 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezem-

bro de 1976, que “Dispõe sobre a sociedade por ações”. Explicação: Obriga as companhias abertas a remeter a seus acionistas informações relativas à pauta de assuntos que serão deliberados na respectiva assembléia.

28/03/2019 – Apresentação do Requerimento de Reconstituição de

proposição n. 1001/2019, pela Comissão de Finanças e Tributação, que: “Requer a reconstituição do Projeto de Lei nº 3.804, de 2008, por motivo de extravio”.

Informe elaborado pela CRIG

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2019

Evento	Data	Local
Reunião do Conselho Diretor	09/05/19	SP
Reunião da Diretoria	04/07/19	RJ
Reunião do Conselho Diretor	15/08/19	SP
Reunião da Diretoria	03/10/19	SP
Reunião do Conselho Diretor	28/11/19	SP

SIMPLIFICAÇÃO DO DISCLOSURE DAS COMPANHIAS ABERTAS: REDUÇÃO DE CUSTOS E AUMENTO DA EFICÁCIA

Suas ideias e sugestões poderão ser a base dos aperfeiçoamentos. Participe deste projeto da Abrasca.

Em colaboração com a CVM, a B3 e o CPC, a Abrasca convida suas associadas a trabalhar em conjunto no aperfeiçoamento da prestação de informações obrigatórias pelas companhias. O objetivo é melhorar a eficácia do processo de disclosure: redução do seu custo e aumento da eficiência, um diferencial competitivo para atração de investimentos.

Observe as dificuldades, deficiências, desperdícios, problemas e pontos passíveis de aperfeiçoamento. Envie suas sugestões ou solicite uma reunião pelo email simples@abrasca.org.br.

